

Reforma fiscal para retomar o crescimento

No cenário número dois, o país começaria no ano que vem a viver a reforma fiscal mais profunda de toda a sua história econômica. O objetivo desse programa seria reduzir drasticamente a inflação através de uma reforma fiscal e renegociação da dívida externa, com a implantação de medidas capazes de reduzir o impacto do programa sobre os níveis de consumo, ou seja, proteger a massa de trabalhadores de uma recessão muito dolorosa, sustentando a capacidade de compra.

O Brasil precisaria exportar menos porque estaria pagando menos juros por sua dívida externa. Fernando Collor fala em pagar metade dos juros devidos durante os dois primeiros anos, o PDT pretende estancar a remessa de dinheiro para fora do país com uma renegociação favorável ao Brasil e o PT diz que continuará a não pagar os juros, pelo menos nos primeiros meses de governo. Nesse sentido, o PT teria mais condições de suavizar a queda de consumo do que os dois outros partidos.

Cestas básicas — Modiano imagina que o governo poderia, por exemplo, distribuir cestas básicas de alimentos no primeiro ano para amenizar o efeito da recessão sobre a camada mais pobre da população. A equipe de Collor de Mello fala em seguro desemprego e o PT pretende colocar os trabalhadores para renegociar preços e salários em uma câmara setorial junto com governo e empresários já no início do governo.

Se essa política for adotada, o governo vai destinar 4% do PIB para o aumento dos investimentos em áreas essenciais e 2% do PIB serão utilizados para fazer essas medidas que sustentariam o consumo durante o período de estabilização. A inflação não cairia tanto, ficando em torno de 4% a 5% ao mês, mas o país recuperaria sua capacidade de investimentos através de poupança interna.

Liberar importações — A reforma fiscal profunda será uma mistura de corte de gastos do governo com aumento de arrecadação. Será preciso ainda um financiamento externo da ordem de 2% do PIB, que poderia ser conseguido com o não pagamento dos juros da dívida e com empréstimos adicionais. Para reduzir os preços e sustentar o consumo, o governo liberaria em grande parte as importações. Esse item faz parte dos programas do PT, PDT e PRN.

Se esse modelo for adotado, a partir de 1992 o país voltará a seus anos de glória. A economia volta a crescer 4% e a inflação nesse mesmo ano terá caído para 63,8% ao ano. O problema é que a dificuldade política para adotar todas as medidas impopulares implícitas nesse plano de governo. Em grande parte, esse seria o programa do PDT, mas o PT adotaria pelo menos a parte que fala do investimento do Estado em áreas essenciais e manutenção do consumo. O PRN também pretende fazer reforma fiscal, mas pensa em obter grande parte de sua arrecadação através do combate à sonegação, o que é considerado insuficiente por muitos economistas.

Cenário 3

	1990	1991	1992	1993	1997
Cresc. do PIB	-2,6%	-2,1%	+4,6%	+5,8%	+6,6%
Inflação anual	635,8%	110,5%	63,8%	63,5%	55,1%
Desv. Cambial	600,8%	100,0%	56%	56,7%	47,7%
Saldo comercial (US\$ bilhões)	7,8	4,8	12,2	14,0	18,4
Dívida externa (US\$ bilhões)	95,2	104,6	108,1	105,7	94,0